



Grupo eumed.net / Universidad de Málaga y
Red Académica Iberoamericana Local-Global
Indexada en IN-Recs; LATINDEX; DICE; ANECA; ISOC; RePEC y DIALNET
Vol 8. N° 23
Junio 2015
www.eumed.net/rev/delos/23

A RELAÇÃO CIDADE E NATUREZA EM UM PARQUE URBANO NA CIDADE DE MANAUS

Anderson Lincoln Vital da Silva¹
Rosa Eulália Vital da Silva²
Brasil

CONTEÚDO

Resumo.....	2
Resumen:.....	2
Introdução	2
1. Modernidade e a articulação teórica dos parques urbanos	3
2. Espaço e a relação com os parques urbanos: breve contexto histórico	6
3. Parques urbanos no brasil	8
4. O parque ponte dos bilhares	9
Considerações finais	10
Referências	11

¹ Advogado. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Sócio da Vital & França Advogados. Professor da Faculdade Salesiana Dom Bosco. andersonlincoln.adv@gmail.com

² Mestre em Ensino de Ciências na Amazônia pela Universidade do Estado do Amazonas. Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana de Manaus. Gerente de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED. rosavital@outlook.com.br

RESUMO

Com a criação das cidades, processos de industrialização, fluxos migratórios intensos do meio rural para o urbano, começam a aparecer problemas estruturais no espaço urbano envolvendo poluição, organização sócio espacial e questões ligadas à saúde e qualidade de vida. Em face desse cenário é que surgem os parques urbanos, como área verde pública de utilização, com características, objetivos e funções próprias para a revitalização, embelezamento da cidade e melhoria da qualidade de vida e ambiental, levando ainda em consideração o local em que está instalado e a frequência de indivíduos que utilizam este espaço.

Palavras-Chaves: Parque Urbano, Espaço de Lazer e Cidade.

RESUMEN:

Con la creación de las ciudades, los procesos de industrialización, la intensa migración del campo a la ciudad, comienzan a aparecer los problemas estructurales en las zonas urbanas que implican la contaminación, la organización espacial y las cuestiones sociales relacionadas con la salud y calidad de vida. Frente a este escenario es que los parques urbanos surgen como zona verde pública de empleo, con las características, objetivos y funciones propias de la revitalización, embellecimiento de la ciudad y la mejora de la calidad de vida y del medio ambiente, teniendo en cuenta la ubicación en la que está instalado y la frecuencia de las personas que usan este espacio.

Palabras clave: Parque Urbano, área de recreación y de la ciudad.

INTRODUÇÃO

A discussão dos problemas ambientais nas últimas décadas, vem se tornando uma das temáticas obrigatórias no cotidiano das cidades, em virtude do ritmo acelerado de construções, trabalho, produção, mercadorias e consumo, situados no espaço urbano. O que de fato corrobora para essas discussões já de algumas décadas passadas e a questão ambiental aliada ao contexto sociopolítico e econômico.

Os parques urbanos surgem no século XIX na Europa num cenário de crescente desordenamento migratório do campo para cidade, mecanização pesada nas cidades e consequente problemas de poluição e saúde de um modo geral.

O parque urbano aparece ainda como espaço contendo área verde e de lazer, resultado de um amplo processo de produção e reprodução do espaço, com base em leis e normas do Estado para a efetivação de uma política pública ambiental.

A pesquisa apresenta como objeto central a investigação quanto à percepção da relação cidade e natureza em um espaço urbano da cidade.

1. MODERNIDADE E A ARTICULAÇÃO TEÓRICA DOS PARQUES URBANOS

E a partir da modernidade que diversos teóricos apontam para profundas transformações sociais que ocorrem nas cidades. Nessa seara conceitual de modernidade numa interface da cidade que se manifesta, nas tessituras e no erguer do capital, centros urbanos, industrialização, mecanização, trabalho em produção e de uma reorganização dos movimentos sociais em sua base política e que desencadeiam em uma série de direitos.

Aponta-se que é na modernidade que ocorre a superação do sagrado para o profano, deixa-se de aceitar as explicações da divindade pelas ciências empíricas, mudanças na organização social com a passagem do rural para o urbano, do feudo para o capital, incluindo-se severamente produção, acumulação de capital, trabalho e alienação.

Ao tratar de modernidade, inclui-se sobre a racionalização e Habermas, lendo Weber aponta que racional significa como “processo de desencantamento ocorrido na Europa que, ao destruir as imagens religiosas do mundo, criou uma cultura profana”³.

Habermas ao articular racionalidade e o projeto de modernidade aponta para a compreensão e possibilidade de emancipação humana, uma vez que o cotidiano absorve esta racionalização, e conseqüentemente “dissolveram-se também, formas de vida tradicionais, que no início da modernidade se diferenciaram principalmente em função das corporações de ofício”⁴.

Ainda persistindo nessa fase conceitual Habermas (2000)⁵, apresenta em 1850, o conceito de modernização, in verbis, e a partir deste, não há que se falar em modernidade e sim modernidades, pois implica em uma série de transformações e rupturas em diversos campos da sociedade.

um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho, ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas.

³ HABERMAS, Jürgen. **O Discurso filosófico da Modernidade**. p. 3.

⁴ Idem. p. 4

⁵ Idem. p. 5.

Características desse tempo de racionalização e de modernidade, sendo que Hegel assevera que o moderno se dá com a descoberta do novo mundo. Cedro (2005)⁶ indica que as principais características do mundo moderno consistem em “o Iluminismo, a reflexão da fé, soberania do Estado, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, conhecimento da natureza, o livre-arbítrio, as Grandes Guerras, e sua manifestação com a perda da ilusão e ingenuidade”.

Se observarmos que nessas características/eventos que ocorrem dessa passagem da Idade Média para a Contemporânea, com o projeto de racionalização e modernidade, isso leva a pensar em processos de aprendizagem, através das culturas, pois a uma apropriação ou uma troca de culturas e identidades, sendo que esta antiga cultura foi substituída por uma reflexiva. Pois somente com esta cultura reflexiva e com o ingresso da racionalização é que se tornam possíveis acontecimentos neste século.

A contribuição de Weber para o entendimento do processo de racionalização foi à identificação de dois processos principais, a saber: o primeiro destina-se ao desencantamento do mundo, ou seja, configura-se com a passagem das sociedades da Idade Média para o estabelecimento do capitalismo liberal e o segundo destina-se aos processos de racionalização das estruturas e das ações social, política e econômica com a consolidação do capitalismo liberal na Europa.

E para que ocorram esses processos de racionalização nas estruturas e nas ações social, política e econômica, que Bannel apud Pusey (2006)⁷ afirma que a “racionalização como possibilidade para a expansão de aprendizagem coletiva como a (gradual) institucionalização da razão na Sociedade”.

O entendimento que é permitido consiste na racionalização como expansão dos processos de aprendizagem, que se manifestam através das formas urbanas de vida, conceito este apresentado por Habermas.

Tudo isso é para confirmar, que somente com este desencantamento do mundo para um projeto de racionalização e modernidade que se torna possível uma emancipação destas estruturas sociais.

No que diz respeito ao tema formas urbanas de vida, Harvey (2003), considera que para a ocorrência das formas urbanas de vida, envolve planejamento e desenvolvimento urbanístico arquitetônico com tendências as padronizações dos elementos constitutivos do ambiente.

Em outras palavras, o espaço das formas urbanas de vida é concebido como algo a ser moldado para propósitos sociais. Com suas nuances e perspectivas, os

⁶ CEDRO, Marcelo. **A modernidade em Marx e em Weber**. p. 4

⁷ BANNELL, Ralph Ings. **Habermas e a Educação**. p. 32.

edifícios, canteiros, ruas, praças podem ser entendidos como uma linguagem que muito informa as concepções de mundo subjacentes àqueles que as elaboravam formalmente e executaram materialmente.

Harvey (2003)⁸, contribui para o entendimento da modernidade ao afirmar que em meio deste cenário de mudanças constantes surgem os problemas psicológicos, sociológicos, organizacionais e políticos da urbanização maciça.

Uma vez que com a passagem do rural para urbano e fluxos migratórios em busca da manutenção da própria existência é que nesse mosaico urbano de culturas e identidades que “experiências urbanas na formação da dinâmica cultural de diversos movimentos.

E nesse contexto de crescimento urbano explosivo, forte fluxo migratório e intensa industrialização e mecanização que a concepção de parques urbanos com sua função estética, ecológica e social. (Loboda e De Angelis)⁹ aparece com seus elementos naturais (água, terra, plantas, animais entre outros) em um espaço urbano planejado.

No que concernem as funções¹⁰ que o parque pode proporcionar, entende-se como função estética, a inclusão de elementos naturais que compõe esse espaço e de forma direta ou indireta minimiza os impactos decorrentes da industrialização e mecanização. Por sua vez na função ecológica, esta se apresenta, na relação espaços construídos e os destinados a circulação proporcionando a integração. E na função social a relação consiste na oferta de espaços para o lazer dos frequentadores.

Há que se destacar também que nessa relação cidade/natureza em um micro espaço da cidade, ora objeto da pesquisa: parque urbano, Lamas (1993)¹¹, assevera:

Do canteiro à árvore, ao jardim de bairro ou grande parque urbano, as estruturas verdes constituem também elementos identificáveis na estrutura urbana; caracterizam a imagem da cidade; tem a individualização própria, desempenham funções precisas; são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços.

Igualmente, Sitte (1992)¹², destaca a importância dos parques nos grandes retângulos urbanos de ruas, prédios edifícios, pois são essenciais para a saúde, pois para o autor “sem recorrer à natureza, a natureza seria um calabouço fétido”.

⁸ HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. p. 34

⁹ LOBODA, Carlos Roberto. DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções**.

¹⁰ Adota-se o conceito de Loboda e De Angelis (2005), citado nas referências.

¹¹ LAMAS, J.M.R.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. p. 106

¹² SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. p. 167

Pois como no parque urbano ocorre essa relação próxima de condições ecológicas das condições do urbano. Portanto, no interior dos parques se encontra elementos típicos de uma natureza ainda outrora pouco tocada típica da era pré-industrial com outra de uma vida urbana, tais como regras de conduta, normas de direito, espaços mercadológicos e do lazer.

2. ESPAÇO E A RELAÇÃO COM OS PARQUES URBANOS: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Ao articular a categoria de espaço urbano, surge a necessidade de compreensão da evolução do espaço geográfico, aliada ao cenário do surgimento dos parques urbanos.

Santos (2008)¹³ afirma quanto a compreensão da organização espacial que “com a sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estruturas e funções através dos tempos”.

O próprio surgimento dos parques urbanos no mundo atende a uma demanda dos processos de urbanização e industrialização dos países. Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos esses processos de transformação do espaço urbano ocasionou o surgimento de grandes cidades e das metrópoles com um crescimento populacional superior as expectativas.

Confirmando-se dessa forma o pensamento de Santos (2008)¹⁴ quanto às transformações que ocorreram e ocorrem no espaço geográfico pois:

Quando se estuda a organização espacial esses conceitos (forma, função, estrutura e processo) são necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem as mudanças. A acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial.

Nessa linha de pensamento da organização do espaço geográfico da qual o homem organiza sua sociedade no espaço, a partir das mudanças que sofrem, corresponde à exegese dos parques, pois governantes e representantes de classe, em 1830, com as preocupações de doenças como cólera e doenças respiratórias na Europa e embalados pelo relatório publicado pelo “Comitê de Seleção”, em 1833, é

¹³ SANTOS, Milton. **Espaço e método**. p. 68

¹⁴ SANTOS, Milton. **Espaço e método**. p. 72

que as autoridades se vêem obrigadas a criar espaços para a higienização, purificação, circulação de brisas para a eliminação dos “miasmas” (Jorge, 2007)¹⁵.

Nesse contexto Bovo e Conrado (2012)¹⁶ afirmam que os parques urbanos tinha a função primordial de recreação e lazer, uma vez que a malha urbana crescia rapidamente e necessitava de espaços para atenuar os problemas da cidade, tendo mais uma função de “pulmões verdes”.

Todas essas preocupação são confirmadas por Jorge (2007)¹⁷ ao ponderar que: “em 1840, Londres já apresentava uma quantidade significativa de parques urbanos abertos ao uso público como: Regent’s Park e Saint James Park, os famosos Hyde Park e Green Park, assim como o Kensington Park”.

Nesse íterim o período de apogeu decorre das décadas de 1840 a 1860 tanto na Europa quanto nos Estados Unidos (Silva e Pasqualetto, 2013)¹⁸. Tanto que nos Estados Unidos houve o surgimento do Parks Movement, com a ideia de criação de espaços públicos com plantação de árvores para a vitalidade do ar para os habitantes.

Quanto aos Parks Movement ocorrido na América do Norte, influenciou as transformações ocorridas nos parques urbanos no século XX, segundo Scalise, 2002¹⁹.

Esse movimento conservacionista defendia a utilização econômica dos espaços livres, criando oportunidades de recreação e também de preservar os recursos naturais, controle de enchentes, proteger os mananciais, criando espaços agradáveis para passear e morar. Esses trabalhos, além de inspirar a criação de inúmeros parques e da cidade-jardim de Howard, mudou o conceito de qualidade ambiental urbana.

Tanto Scalise (2002), quanto Silva e Pasqualetto (2013) esclarecem ainda que o desenvolvimento dos parques urbanos ocorreu no século XX com o movimento dos Parques Americanos (Parks Movement) liderado por Frederick Law Olmstead tanto em Nova York, Chicago e Boston.

Assim com todas essas alterações no espaço urbano e com as mudanças históricas, o conceito de parque urbano na contemporaneidade passa a ser de todo o espaço de uso público destinado à recreação de massa, de qualquer tipo com presença arbórea.

¹⁵ JORGE, Vinie Pedro. **Além do Jardim**: O parque na cidade de São José dos Campos. p. 16

¹⁶ BOVO, Marcos Clair. CONRADO, Denner. **O Parque urbano no contexto da organização do espaço da cidade de Campo Mourão**. p. 53

¹⁷ JORGE, Vinie Pedro. **Além do Jardim**: O parque na cidade de São José dos Campos p. 13

¹⁸ SILVA, Janaina Barbosa. Antônio Pasqualetto. **O Caminho dos parques urbanos brasileiros**: Da origem ao século XXI.

¹⁹ SCALISE, W. **Parques Urbanos** – evolução, projeto, funções e uso. p. 02

Dentre as funções já citadas anteriormente, com base na classificação de Loboda e De Angelis (2001)²⁰, outros teóricos também complementam estas funções. Para Silva e Pasqualetto (2013)²¹, destaca a função recreativa; a função de papel estruturante da forma urbana, função estética, função de contemplação; função de planejador de opiniões; função social e função cultural.

Para Ferreira (2011)²² no que se refere ao conceito e características de parque urbano, há que se destacar o diferencial, que consiste na presença do porte arbóreo, ou seja, a obrigatoriedade da presença de vegetação arbórea, pois “a massa vegetal e os seus efeitos positivos no ambiente urbano é o que fazem o diferencial do parque para os outros tipos de áreas verdes, como praças e jardins”, caracterizando desta forma os parques urbanos.

3. PARQUES URBANOS NO BRASIL

Os parques urbanos no Brasil têm em sua história um contexto diferenciado quanto ao seu surgimento, pois não havia ainda uma crise no espaço urbano quanto aos processos de aglomeração populacional e toda uma necessidade de purificação do ar em relação às questões higiênicas na Europa no século XIX.

A atenção para os parques urbanos no Brasil, se dá com a chegada da família real em 1808, na qual o país passa pela chamada “organização urbana” com o objetivo de dotar com condições o espaço urbano no que tange a limpeza de ruas, criação da polícia militar, imprensa régia e fundação do Banco do Brasil, ou seja, elementos ou instituições para dar apoio a transferência da família real.

Ao longo do século XIX, a história dos parques urbanos públicos no Brasil, se inicia com o Jardim Botânico, este, até então criado para atender a Dom Pedro, durante este século que foi transformado em parque.

Destaca-se ainda que a frequência deste parque segundo Bovo e Conrado (2012)²³, destinava-se apenas pessoas com as vestes apropriadas que poderiam circular entre as palmeiras imperiais e a vegetação nativa brasileira.

Ainda nessa linha de pensamento Macedo & Sakata (2003)²⁴ afirmam que “o parque urbano brasileiro não surge da urgência social de atender as necessidades das massas urbanas da metrópole do século XIX”.

²⁰ LOBODA, Carlos Roberto. DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, USOS e funções**

²¹ SILVA, Janaina Barbosa. Antônio Pasqualetto. **O Caminho dos parques urbanos brasileiros: Da origem ao século XXI** p. 287

²² FERREIRA, Adjalme Dias. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: O caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro.** p. 13

²³ BOVO, Marcos Clair. CONRADO, Denner. **O Parque urbano no contexto da organização do espaço da cidade de Campo Mourão** p. 54

Desta forma durante o século XIX, no Brasil outros espaços foram considerados como parques urbanos, apesar de na sua inauguração ter outra nomenclatura. Jorge (2007)²⁵ afirma que o Campo de Santana foi considerado como espaço livre utilizado pela burguesia como espaço de lazer, assim como o Passeio Público do Rio de Janeiro, também considerado como parque urbano público.

Assevera-se ainda que o processo de urbanização no Brasil inicia-se de uma forma crescente em 1950, e com esse fato as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro apresentam essa carência de espaços de ar livre destinados ao público de massa.

Para Toledo e Santos (2012)²⁶ tece a consideração que somente no final do século XX e que surge o interesse político para introdução e formação dos parques urbanos, e que somente com esta ação que governos e municípios passam a ter essa responsabilidade.

Desta forma, reitera-se que são no parque urbano que elementos como cultura, qualidade de vida, consumo particular e estilos de vidas diferenciados, estão presentes no mesmo espaço de sociabilidades e subjetividades.

4. O PARQUE PONTE DOS BILHARES

O Parque dos Bilhares é um parque urbano localizado em Manaus, às margens do igarapé do Mindu, tendo como limites as avenidas Djalma Batista e Constantino Nery e os igarapés do Mindu e da Cachoeira. Foi inaugurado no dia 24 de outubro de 2006, pela Prefeitura de Manaus, com o objetivo de oferecer lazer à população e, ao mesmo tempo, preservando o meio ambiente.

O parque consta com áreas destinadas ao lazer com quadra poliesportiva, rádio, biblioteca, lago, pista de skate, passarela, playground, praças, espaço para gastronomia, anfiteatro e área para comércio de artesanato e segurança.

O nome parque se dá em face da ponte que liga a Constantino Nery a outra parte da cidade, na qual foi construído pelo engenheiro americano Frank Hirst Hebblewhite, o mentor das obras no governo de Eduardo Ribeiro, sendo inaugurada no dia 18 de setembro de 1895.

²⁴ MACEDO, Silvio Soares. SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. p. 35

²⁵ JORGE, Vinie Pedro. **Além do Jardim**: O parque na cidade de São José dos Campos p. 35

²⁶ TOLEDO, Fabiane dos Santos. SANTOS, Douglas Gomes. **Espaço livre de construção**: um passeio pelos parques urbanos. p19



Figura 1: Parque Ponte dos Bilhares²⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Denotam-se que o surgimento efetivo do parque urbano público se manifesta com a necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social: o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano.

Há de se esclarecer ainda que, para Di Fidio apud Loboda e De Angelis (2005)²⁸ adota a classificação de que parque urbano como categoria de espaço verde urbano público e por sua vez o conceito apontado pelos autores e de “área verde com função ecológica, estética e de lazer, no entanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos”.

A proposta de atender a função ecológica, estética e social que um parque pode proporcionar encontra guarida em nosso ordenamento jurídico. Ressalta-se que o Brasil é um dos países mais avançados em termos de normas ambientais apesar das dificuldades de sua aplicabilidade em razão das estruturas ou falta delas nos órgãos responsáveis, da má vontade política, da pobreza da população e da consequente falta de educação em questões relacionadas ao ambiente.

²⁷ Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambientes e Sustentabilidade de Manaus. Disponível em: <http://semmas.manaus.am.gov.br/parques-e-pracas/>

²⁸ LOBODA, Carlos Roberto. DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções**. p. 133.

Nesse interim, mais uma vez aparece os Parques Urbanos como espaço de apropriação do sujeito para o lazer, práticas sociais e corporais. Para Jacobs (1996) os elementos que devem ser contemplados no processo de planejamento de um parque é uma maior diversidade de espaços e equipamentos, possibilitando distintas formas de apropriação. Sendo assim, as pessoas podem frequentar o parque por motivos diversos e em horários diferentes.

Nesse sentido, o lazer pode ser enquadrado não só como fonte de liberação dos dissabores dos trabalhadores, mas como núcleo formador de identidade e novas subjetividades.

Portanto, uma pesquisa sobre como indivíduos frequentadores de parques urbanos em uma cidade percebem a relação cidade/natureza, se torna relevante, a medida em que se descobre que esse indivíduo de direitos previsto em nosso ordenamento jurídico, consegue compreender através de símbolos e linguagens presente no parque urbano, elementos da natureza em um micro espaço da cidade, como também para além desta percepção cidade/natureza, uma possível criticidade enquanto política pública, com fito de atender as funções que o parque pode proporcionar.

REFERÊNCIAS

- BANNELL, Ralph Ings. Habermas e a Educação. Belo Horizonte: Autentica, 2006.
- BOVO, Marcos Clair. CONRADO, Denner. O Parque urbano no contexto da organização do espaço da cidade de Campo Mourão. Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente, n. 34 v.1. 2012.
- BRASIL, Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 11 de outubro de 2010.
- CEDRO, Marcelo. A modernidade em Marx e em Weber. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- FERREIRA, Adjalme Dias. Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: O caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental. Universidade Federal Fluminense. 2011.
- HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da Modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 2003.

- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: M. Fontes, 1996.
- JORGE, Vinie Pedro. Além do Jardim: O parque na cidade de São José dos Campos. Dissertação de Mestrado em Urbanismo da PUC-CAMPINAS, 2007.
- LAMAS, J.M.R.G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.
- LOBODA, Carlos Roberto. DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais*, Guarapuava, v. 1, n. 1, jan/jun. 2005. Disponível em: <http://www.unicentro.br/EDITORIA/REVISTAS/AMBIENCIA/v1n1/artigo%20125-139_.pdf> Acesso em: 02/11/2013.
- MACEDO, Silvio Soares. SAKATA, Francine Gramacho. Parques Urbanos no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2002
- OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves. Direito Ambiental. Niterói, RJ: Impetus, 2012.
- SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Edusp. 2008
- SCALISE, W. Parques Urbanos – evolução, projeto, funções e uso. *Revista Assentamentos Humanos*. Marília, v.4 n. 1, 2002. Disponível em: http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm. Acesso em: 15/12/2012.
- SILVA, Janaina Barbosa. Antônio Pasqualetto. O Caminho dos parques urbanos brasileiros: Da origem ao século XXI *Revista Estudos*. Goiânia. v.40 n.3. jun/ago, 2013. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/estudos/article/viewPDFInterstitial/2919/1789>. Acesso em: 12/12/2013.
- SITTE, C. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.
- TOLEDO, Fabiane dos Santos. SANTOS, Douglas Gomes. Espaço livre de construção: um passeio pelos parques urbanos. *Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, v. 3, n. 1, Piracicaba. 2012.